

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 367

Período: 06/03/2010 – 12/03/2010

GEDES – Brasil

- 1- Jobim anuncia que empresa Boeing ofereceu garantia de que transferência de tecnologia será efetuada caso vença a concorrência do Projeto FX-2
- 2- Brasil devolverá canhão obtido na Guerra do Paraguai
- 3- Brasil deverá abster-se na votação de novas sanções ao Irã
- 4- Advogado aponta um enfraquecimento no papel das Forças Armadas frente ao Plano Nacional de Direitos Humanos
- 5- Ex-ministra do Meio Ambiente elogia papel das Forças Armadas
- 6- Câmara dos Deputados elabora projeto de lei que estende poder de polícia à Marinha e Aeronáutica.
- 7- Ministério da Defesa utilizará imóveis das Forças Armadas para aumentar orçamento destinado ao setor militar
- 8- Brasil pretende alcançar parceria estratégica com a Índia
- 9- Helicóptero do Exército cai e mata militares no Mato Grosso do Sul
- 10- Brasil recusa-se a assinar Protocolo Adicional estabelecido pela Agência Internacional de Energia Atômica
- 11- Militar tem aposentaria compulsória determinada por desrespeito ao Estatuto dos Militares

1- Jobim anuncia que empresa Boeing ofereceu garantia de que transferência de tecnologia será efetuada caso vença a concorrência do Projeto FX-2

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que a empresa Boeing – fabricante dos caças estadunidenses F-18 Super Hornet e uma das concorrentes na licitação aberta para compra de 36 caças para o Projeto FX-2 da Força Aérea Brasileira (FAB) – ofereceu um tipo de “seguro” a fim de garantir que a transferência tecnológica ao Brasil seja efetuada. O seguro garante que o país seja ressarcido em 5% do valor da tecnologia caso ela não seja transferida pela Boeing. Entretanto, Jobim avaliou que a oferta é apenas parcialmente interessante, pois demonstra que a empresa não tem controle sobre as determinações do Congresso dos Estados Unidos, que podem ou não vetar a transferência tecnológica, e o Brasil teme que futuros governos vetem tais transações. Juntamente com a Boeing, participam da concorrência a empresa francesa Dassault, fabricante do caça Rafale, e a sueca Saab, fabricante do Gripen NG. De acordo com Jobim, a transferência de tecnologia é tema fundamental na avaliação das propostas apresentadas, defendendo que “capacitação nacional acontece com transferência de tecnologia, e a possibilidade de integrar isso na indústria de defesa brasileira”. Muitos criticam a suposta preferência brasileira pelo Rafale, uma vez que o consideram inferior, mais caro e, portanto, menos vantajoso ao Brasil. Segundo a *Folha*, não há indício de que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esteja prestes a apresentar a escolha da empresa, haja vista que o prazo estipulado para a decisão expirou-se no dia 10/03/10. Em coluna opinativa do jornal, no dia 12/03/10, a jornalista Eliane Cantanhêde afirmou que o vice-

ministro da Defesa da Suécia, Hakan Jevrell, está cada vez mais ansioso quanto à decisão final e, rebatendo críticas feitas ao caça sueço, disse que “não há um só avião de caça integralmente produzido e equipado num único país”, exemplo disso é o modelo francês Rafale que utiliza sistema dos Estados Unidos e da Suécia, enquanto o Gripen NG é adaptável podendo trocar o motor utilizado por qualquer outro modelo. Em relação aos prazos, garantiu que a empresa Saab é confiável no cumprimento dos seus contratos e ainda disse que “o fator político é importante, mas não é o único fator”. Segundo Cantanhêde, se a opção brasileira for o Gripen NG o governo estará amparado pelo relatório técnico da Força Aérea Brasileira (FAB) e na preferência da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), contudo, se optar pelo modelo estadunidense F-18 ou pelo francês Rafale terá “que se esmerar para produzir e redigir argumentos minimamente convincentes”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/03/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/03/10; Jornal do Brasil – País – 06/03/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 09/03/10; Folha de S. Paulo – Opinião – 12/03/10)

2- Brasil devolverá canhão obtido na Guerra do Paraguai

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou que o canhão paraguaio chamado “cristão” – conquistado por ocasião da vitória brasileira na Guerra do Paraguai, quando o ditador paraguaio Solano López foi morto por tropas brasileiras, em 1870 – será devolvido àquele país. A decisão foi tomada após o pedido do vice-presidente Federico Franco durante seu discurso comemorativo dos 140 anos do fim do conflito, no qual Franco afirmou que um suposto arquivo militar e o canhão deveriam ser devolvidos “para que se inicie a cicatrização do povo paraguaio”. No momento, o canhão se encontra no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A direção da instituição não comentou a decisão e a transferência do artefato ao Paraguai será realizada pelo Ministério da Cultura. O presidente do Clube Militar, general Gilberto Barbosa Figueiredo, afirmou que a decisão brasileira é um ato de grandeza, porque “o povo paraguaio merece”. De acordo com a historiadora Mary del Priore, o país vizinho ficou devastado depois de cinco anos de guerra contra Brasil, Argentina e Uruguai e este tipo de pedido de devolução de troféus de guerra não é raro. O jornal ainda lembrou que os militares brasileiros permaneceram com documentos da história paraguaia que só foram devolvidos na década de 1980 e que, ainda assim, existe o pedido de outros arquivos que, segundo o Paraguai, encontram-se no Brasil. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/03/10)

3- Brasil deverá abster-se na votação de novas sanções ao Irã

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o Brasil provavelmente não se posicionará na votação da resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas sobre novas sanções ao Irã referentes ao seu programa nuclear em andamento. Embora avesso a este tipo de retaliação, o governo brasileiro entende que as sanções serão aprovadas, conforme afirmou a secretaria de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, em sua recente visita a Brasília e, dessa forma, votar contra resultaria em isolamento e estigmatização do Brasil. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/03/10)

4- Advogado aponta um enfraquecimento no papel das Forças Armadas frente ao Plano Nacional de Direitos Humanos

Em artigo para o *Jornal do Brasil*, Ives Gandra Martins, professor de Direito e escritor, debateu acerca da tentativa de mudança do sistema constitucional que abarca as funções das Forças Armadas e de segurança. O autor descreve que as Forças Armadas atualmente possuem o subsídio das polícias militares e estaduais como apoio auxiliar e, em situações específicas, como as de crise, podem comandá-las para salvaguardar a ordem. Como ilustração, Martins refere-se ao artigo 142 da Constituição brasileira que permite a intervenção das Forças Armadas caso a lei e a ordem sejam usurpadas por algum dos três poderes. No entanto, segundo o autor, o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) desvincula a subordinação das forças auxiliares sob o comando das Forças Armadas na medida em que as polícias devem tornar-se forças de reserva ligadas a um Sistema Nacional de Segurança Pública dirigido pela União, e só ficariam subordinadas aos militares em situações de combate externo. Ou seja, serão criados dois sistemas diferentes, autônomos e independentes, e as forças policiais deixariam de ser forças auxiliares, tornando-se subordinadas a uma centralização da União que, segundo Martins, fere a autonomia federativa dos estados. As Forças Armadas, com isso, ficariam responsáveis apenas pelo combate exterior e não teriam mais o direito de intervir nas instabilidades internas, pois estas seriam resolvidas pelo Sistema Nacional de Segurança Pública. Na visão do escritor, o aparelho das Forças Armadas ficará enfraquecido com a redução de atuação e o aparato estatal centralizaria as funções auxiliares em detrimento do “pacto federativo das polícias estaduais”. Ao encerrar seu artigo, Martins sugere que haja um grande debate sobre os projetos que PNDH pretende implementar. (*Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 08/03/10*)

5- Ex-ministra do Meio Ambiente elogia papel das Forças Armadas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente e pré-candidata à presidência da República pelo Partido Verde, elogiou no dia 07/03/10, em visita ao Forte de Copacabana, localizado na cidade do Rio de Janeiro e sob comando do coronel Edson Silva de Oliveira, a atuação das Forças Armadas e seu papel na integração nacional. De acordo com Silva, quando ela era ministra, necessitou da ajuda especialmente do Exército, para atuar na redução do desmatamento da Amazônia, proteção das fronteiras e atendimento médico em localidades que só contam com os militares como meio de comunicação com o restante do país. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 08/03/10*)

6- Câmara dos Deputados elabora projeto de lei que estende poder de polícia à Marinha e Aeronáutica.

Conforme publicado nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Câmara dos Deputados do Congresso Nacional aprovou no dia 09/03/2010 um projeto de lei complementar no qual o Estado estende à Marinha e Aeronáutica o poder de polícia, que o Exército já possui, em áreas de fronteira. Este projeto de lei procura unificar as operações das três forças em ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, bem

como reservas ecológicas e indígenas. A iniciativa visa combater especialmente o tráfico de drogas e crimes ambientais e os militares poderão revistar nessas áreas pessoas, veículos, embarcações e aeronaves suspeitas, bem como efetuar prisões em flagrante. O projeto, que ainda tem de ser aprovado pelo Senado, objetiva criar também o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e estabelecer que a Estratégia Nacional de Defesa (END) seja atualizada pelo Congresso a cada quatro anos, tornando-o assim seu corresponsável e transformando a END em uma política de Estado. (Folha de S. Paulo – Brasil – 10/03/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/03/10)

7- Ministério da Defesa utilizará imóveis das Forças Armadas para aumentar orçamento destinado ao setor militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa pretende utilizar o patrimônio imobiliário das Forças Armadas para o financiamento dos programas de reequipamento e reorganização da Marinha, Exército e Aeronáutica. O ministro da defesa, Nelson Jobim, afirmou que “será uma ação complementar à expansão das dotações orçamentárias”. Para 2010 está previsto um repasse ao setor militar de 59 bilhões de reais, sendo 7,7 bilhões para investimento. De acordo com o ministério as propriedades estão sendo cadastradas em três categorias: as estratégicas, as históricas e as de interesse econômico, sendo que estas últimas serão utilizadas no projeto que deve contar não apenas com a simples venda, mas a utilização das propriedades para a geração de dinheiro em empreendimentos ainda não definidos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/03/2010)

8- Brasil pretende alcançar parceria estratégica com a Índia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil pretende propor uma “parceria estratégica” com o setor militar da Índia, atualmente o maior importador de armas e equipamentos militares do mundo. Em visita ao país, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, iniciou negociações com autoridades locais para desbloquear a venda de aviões brasileiros, fechar acordo para a construção de um radar e, ainda, atuar no monitoramento do território indiano. Contudo, tal aproximação tem se mostrado difícil, principalmente com relação ao contrato firmado com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para a aquisição de aviões, no qual a Índia deseja obter garantias para que 30% da produção dos jatos ocorra em fábricas do país e com transferência de tecnologia. Entretanto, a Embraer deseja finalizar a venda, mas sem compartilhar informações e tecnologia. A função principal de Jobim, portanto, é acelerar a execução do acordo. O ministro também aproveitou para inaugurar um departamento de adidos militares na Embaixada do Brasil e discutir a criação, pelos indianos, de radares mais sofisticados do que os utilizados atualmente nos aviões do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). (O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/03/10)

9- Helicóptero do Exército cai e mata militares no Mato Grosso do Sul

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 10/03/10 um helicóptero do Exército, modelo AS-550AZ Fennec, caiu e explodiu na

região do pantanal do estado do Mato Grosso do Sul, matando seus quatro tripulantes que serviam no Comando Militar do Oeste (CMO). De acordo com o general Renato Joaquim Ferrarezi, comandante do CMO, ainda não foi confirmado o momento em que a aeronave explodiu, bem como ainda não foi descartada a possibilidade de um atentado, por mais remota que seja, haja vista que o local da queda é utilizado como rota do tráfico de cocaína e do contrabando de armas pesadas. Ferrarezi ainda afirmou que, desde o dia 08/03/10, 88 militares estão realizando exercícios pela Operação Caburé, em uma área particular, o que não geraria motivos para uma reação criminosa. As aeronaves possuíam mais de 30 anos de fabricação, sendo que a cada 10 anos passavam por análise de todas as peças e os pilotos eram muito habilidosos. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/03/10; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 12/03/10)

10- Brasil recusa-se a assinar Protocolo Adicional estabelecido pela Agência Internacional de Energia Atômica

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, informou que o Brasil vai recusar a proposta de acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em relação ao comércio de urânio. A proposta tem por objetivo conseguir um controle mínimo sobre esse comércio e, assim, impedir que países considerados “irresponsáveis” possam adquirir o produto para construção de bombas nucleares. Em cópia da proposta enviada ao Brasil, a AIEA propõe a autorização a um país para fornecer urânio ao mercado internacional desde que ratifique outro acordo já existente, denominado Protocolo Adicional, que prevê o direito da Agência realizar inspeções surpresas, frequentes e detalhadas nas usinas dos países signatários. O Brasil não faz parte dos 94 países que ratificaram o protocolo por considerá-lo um acordo invasivo. Uma alternativa apresentada pela AIEA para os países não signatários possam exportar urânio, enquanto não aderem ao protocolo, é a de que os mesmos façam parte de algum acordo regional de controle de armas nucleares, como o existente entre o Brasil e a Argentina. Neste caso, Jobim afirmou que, se aceitasse a proposta da AIEA, o Brasil poderia exportar urânio, mas ficaria implícito que em algum momento estará disposto a ratificar o Protocolo Adicional, ato que, segundo o ministro, o país não tem interesse. Este tipo de atrito entre o Brasil e a AIEA vem ocorrendo há cerca de cinco anos, quando a Agência passou a criticar abertamente o país por impedir o acesso visual dos inspetores a certas partes dos reatores. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/03/10)

11- Militar tem aposentaria compulsória determinada por desrespeito ao Estatuto dos Militares

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Superior Tribunal Militar (STM) determinou, por sete votos a três, que o tenente-coronel Osvaldo Brandão Sayd se aposentasse, sob o fundamento de que o mesmo desrespeitou as normas de conduta militar ao manter relações sexuais com um soldado subordinado. Para a ministra Maria Elisabeth Rocha, revisora do caso, a questão pautou-se na opção sexual do militar, afirmando que se o relacionamento tivesse sido com uma mulher subordinada o caso não teria sido

encaminhado ao STM. Contudo, a ministra pondera que a motivação do voto do ministro relator do caso baseou-se não apenas na orientação sexual de Sayd, mas também no fato do militar não ter notificado seus superiores de que respondia a um processo na Justiça Comum por corrupção de menores, que já se encontra arquivado. O advogado de defesa de Sayd disse não poder afirmar se houve preconceito com seu cliente, mas concorda com Rocha na opinião de que não haveria punição se o relacionamento envolvesse uma mulher. Em seu voto, o ministro relator afirmou que infração ao Estatuto dos Militares deu-se quando o militar levou para sua casa um soldado menor de 21 anos e, em contrapartida, o advogado de defesa afirmou que o fato ocorreu na residência de Sayd e que a punição estaria infringindo a privacidade do militar que pode solicitar um novo julgamento uma vez que a decisão final não foi unânime. Ainda referente à questão da existência ou não de ações preconceituosas contra homossexuais dentro da instituição militar, a *Folha* divulgou que o Senado aprovou no dia 10/03/2010 a indicação do general de Exército, Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, para uma vaga de ministro no STM. O militar, conforme destacou o jornal, já fez declarações anteriores de que soldados homossexuais somente conseguiriam controlar uma tropa se mantivessem sua opção sexual em segredo. Embora alguns políticos tenham protestado, a declaração foi tomada como “descontextualizada” perante o “excepcional currículo” de ações realizadas no país por Cerqueira Filho. (Folha de S. Paulo – Brasil – 11/03/2010; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/03/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História)